



COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS COOPERATIVAS NA BAHIA

COOPERATIVISM AND FAMILY FARMING: AN ANALYSIS OF THE PROFILE OF COOPERATIVES IN BAHIA

Autor(es): Carine Andrade Teixeira; Paulo Sérgio de Jesus Moureira

Filiação: Universidade Federal da Bahia; Blank It Consultoria

E-mail: carine.andrade@hotmail.com ; sergiomoureira1300@gmail.com

Eixo temático: 4.5 - Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais.

Resumo

Este trabalho analisa o cenário das cooperativas da agricultura familiar da Bahia, com base em um diagnóstico realizado junto a 34 organizações produtivas. Os resultados apontam para uma ampla diversidade de produtos e inserção nos mercados institucionais e locais. Apesar dos avanços ainda persistem desafios estruturais e organizacionais, como por exemplo, a participação de jovens e mulheres nos espaços decisórios das cooperativas, infraestrutura e gestão. O estudo destaca a importância das cooperativas da agricultura familiar como arranjos institucionais que desempenham importante papel para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Cooperativismo, agricultura familiar, desenvolvimento territorial.

Abstract

This study analyzes the landscape of family farming cooperatives in Bahia, based on a diagnostic survey conducted with 34 productive organizations. The results indicate a wide diversity of products and participation in institutional and local markets. Despite progress, structural and organizational challenges persist, such as the participation of youth and women in decision-making spaces, infrastructure, and management. The study highlights the importance of family farming cooperatives as institutional arrangements that play a key role in territorial development.

Keywords: cooperativism, family farming, territorial development.

1. Introdução

As cooperativas enquanto forma específica de organização socioeconômica caracteriza-se pela primazia de valores como democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem distinção de sócios de qualquer natureza. Fundamenta-se



na lógica da solidariedade e da cooperação mútua entre os indivíduos que compartilham entre si interesses comuns e necessidades semelhantes, e que, por meio da ação coletiva buscam superar desafios e fortalecer suas iniciativas produtivas.

O cooperativismo constitui como uma das principais estratégias organizativas mais relevantes adotadas por agricultores familiares, sendo importantes instrumentos para o desenvolvimento territorial. Pinto (2006) aponta que as experiências coletivas, que integram valores de democracia, participação e cooperação, são fundamentais para viabilizar a construção de um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável.

As cooperativas exercem grande relevância econômica em muitos municípios brasileiros, consistindo muitas vezes como a principal geradora de renda. Sua importância econômica consiste na viabilização da organização e inserção dos agricultores no mercado competitivo. Sendo responsáveis por promover a agregação de valor aos sistemas produtivos e distribuição de renda no meio rural, corroborando para uma inserção sustentável (Cechin, 2014).

Apesar de uma longa história e de sua importância socioeconômica, o cooperativismo ainda é um fenômeno pouco compreendido, e enfrentam uma série de desafios estruturais e organizativos. A compreensão da realidade dessas organizações é essencial para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento institucional e para a formulação de políticas públicas mais adequadas à diversidade dos contextos rurais baianos.

Diante desse panorama, o presente artigo busca analisar, a partir de um diagnóstico aplicado junto a 35 cooperativas da agricultura familiar baiana, aspectos que compõem a realidade dessas organizações. A pesquisa buscou levantar informações sobre o perfil organizacional, a composição dos quadros sociais, o acesso a políticas públicas, a infraestrutura disponível, os produtos comercializados e os principais desafios enfrentados pelas cooperativas. Ao reunir elementos quantitativos e qualitativos sobre o funcionamento das cooperativas, o trabalho busca oferecer



subsídios teóricos para a compreensão do papel estratégico dessas entidades no desenvolvimento rural do estado da Bahia.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além desta primeira seção. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica que subsidia a análise e orienta o desenvolvimento do artigo, com uma contextualização dos principais aspectos no debate sobre cooperativismo e agricultura familiar na Bahia. Na terceira seção, é apresentada a metodologia do trabalho. A quarta seção dos Resultados e Discussão apresenta os aspectos que compõem a realidade dessas organizações, discutindo tanto seus avanços quanto os desafios persistentes. Por fim, a última seção trata das Considerações Finais, assinalando os principais desafios do cooperativismo da agricultura familiar no estado da Bahia.

2. Referencial teórico

A agricultura familiar desempenha papel central na produção de alimentos, na segurança alimentar e nutricional, na geração de renda e na dinamização das economias locais. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como pertencentes à agricultura familiar. Esse segmento, além de expressivo em número de unidades produtivas, desempenha um papel estratégico na segurança alimentar e nutricional do país, sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos que compõem a dieta da população brasileira.

Esses números evidenciam a centralidade da agricultura familiar na estrutura produtiva rural e reforçam sua relevância para a soberania alimentar e o desenvolvimento socioeconômico nacional. Na Bahia, esse setor é ainda mais expressivo, constituindo a base produtiva de centenas de municípios, particularmente em territórios com forte presença de comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e povos originários. Nesse sentido, a agricultura familiar representa a principal forma de ocupação produtiva do espaço rural baiano. O estado possui o maior



número absoluto de estabelecimentos da agricultura familiar do país, cerca de 84% dos estabelecimentos agropecuários baianos são de base familiar (IBGE, 2017).

A agricultura familiar representa a principal forma de ocupação produtiva do espaço rural baiano. E esta ocupação tem como características a diversidade de sistemas produtivos, que inclui cultivos de subsistência, sistemas agroflorestais, produção animal, pesca, extrativismo, artesanatos, entre outros, que confere à agricultura familiar um caráter multifuncional, articulado à cultura local e territorial, ao cuidado com o meio ambiente e à organização comunitária.

O cooperativismo emerge como uma das principais formas de organização econômica e social dos agricultores familiares. Conforme os dados do Censo Agropecuário 2017, cerca de 579,5 mil estabelecimentos agropecuários no Brasil estão associados a cooperativas, o que corresponde a 11,4% do total nacional. Embora a proporção ainda seja considerada modesta, é relevante observar que 71% desses estabelecimentos cooperados são classificados como unidades de agricultura familiar, evidenciando a importância do cooperativismo como estratégia organizacional para a categoria social da agricultura familiar (Anjos *et al.*, 2022).

No âmbito baiano, dos 593.411 estabelecimentos agropecuários familiares identificados, 223.185 apresentam algum tipo de inserção em formatos coletivos de organização. Destes, 72.440 (32,5%) estão vinculados a associações de produtores, enquanto 9.750 (4,4%) integram cooperativas. Entretanto, quando se considera o universo total de estabelecimentos agropecuários da Bahia que participam de cooperativas (14.567), constata-se que 68% são pertencentes à agricultura familiar. Esses dados revelam que, mesmo com participação ainda limitada em termos percentuais, o cooperativismo e o associativismo configuram-se como estratégias relevantes de enfrentamento à vulnerabilidade socioeconômica que ainda persiste nos espaços rurais do estado (Anjos *et al.*, 2022).

Nas últimas décadas, o cooperativismo, enquanto meio de organização social, vem conquistando o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 2012 declarou como "Ano Internacional do



Cooperativismo”. E novamente em 2025 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como Ano Internacional do Cooperativismo, destacando o papel das cooperativas como fundamental para enfrentar os desafios globais contemporâneos, como a erradicação da pobreza, a promoção da equidade de gênero e o crescimento econômico sustentável. Assim, alcançar um futuro mais justo, inclusivo e sustentável. Ademais, o cooperativismo possui relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visto os impactos positivos das cooperativas nas comunidades as quais estão inseridas.

No contexto brasileiro, o Estado historicamente desempenha um papel ativo na promoção do cooperativismo em áreas rurais. Isso se expressa atualmente, por exemplo, em políticas públicas como o Programa Ater Mais Gestão criado em 2012, voltado para a qualificação da gestão das cooperativas. A criação em 2003 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e posterior ampliação de Políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a Lei 11.947/2009 que estabeleceu a obrigatoriedade de, no mínimo, 30% da compra de produtos da alimentação escolar da agricultura familiar.

Esse conjunto de políticas públicas criou novas oportunidades para as organizações da agricultura familiar, favorecendo seu fortalecimento institucional e econômico. Tais políticas foram fundamentais para estimular o cooperativismo solidário como estratégia de inclusão socioproductiva, ampliando as possibilidades de atuação dessas organizações. Além disso, contribuíram para o reconhecimento do papel estratégico dos agricultores familiares como pilar da soberania e segurança alimentar e nutricional.

No estado da Bahia, observa-se um crescente reconhecimento do papel desempenhado por essas organizações, o que resultou na criação e implementação de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento das organizações econômicas vinculadas à agricultura familiar. Destacam-se entre as ações os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOLs), pioneiros no Brasil, que atuam como espaços multifuncionais que fortalecem o trabalho coletivo baseado na economia solidária. Suas



ações incluem formação, incubação, assistência técnica, comercialização e articulação social e política.

Além disso, os projetos Bahia Produtiva, Pró-Semiárido, Alianças Produtivas Territoriais e mais recentes o Projeto Bahia que Produz e Alimenta, e a linha de crédito Coopergiro ações da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR). Estes projetos são direcionados para o fortalecimento das organizações econômicas de agricultores familiares, através da melhoria de infraestrutura para produção/comercialização, apoio à gestão e ao acesso ao mercado.

Tais políticas são fundamentais como instrumentos de inclusão econômica e de valorização das produções locais e territoriais, contribuindo para a dinamização das economias do campo. Ao mesmo tempo, persistem obstáculos históricos e estruturais que restringem o potencial das cooperativas da agricultura familiar. Muitos dos desafios atuais decorrem de um processo histórico de desenvolvimento, que desconsiderou as especificidades, complexidade e diversidade do meio rural brasileiro.

A diversidade territorial, cultural e produtiva da agricultura familiar na Bahia confere ao cooperativismo uma pluralidade de formas organizativas e experiências. Diante dessa realidade, compreender o funcionamento das cooperativas da agricultura familiar requer uma abordagem abrangente, que contemple não apenas suas dimensões econômicas, mas também os aspectos sociais, políticos e culturais que permeiam essas organizações. Além disso, é imprescindível considerar as especificidades dos territórios onde essas cooperativas estão inseridas, bem como as dinâmicas locais que moldam suas estratégias de atuação.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com o objetivo de compreender e caracterizar aspectos do cooperativismo agropecuário na Bahia. O método utilizado foi o *survey*, esse tipo de ferramenta é apropriado para estudos exploratórios com aplicação padronizada de questionários, favorecendo a



sistematização e análise dos dados obtidos. O levantamento buscou a caracterização das organizações da agricultura familiar, através de distintas informações sobre a produção e a comercialização por meio de um questionário eletrônico composto por 23 questões, com foco principalmente na: (i) caracterização da cooperativa, (ii) participação de jovens e mulheres, e (iii) ações de capacitação, formação e comercialização de produtos. O instrumento foi elaborado na plataforma Coletum e enviado por e-mail para os respondentes, acompanhado de um link de acesso e de uma breve descrição dos objetivos da pesquisa. Ao clicar no link, os participantes eram redirecionados à página inicial do formulário, podendo preencher e enviar suas respostas diretamente pela plataforma.

No total, o questionário foi encaminhado a 50 cooperativas agropecuárias, das quais 34 responderam, resultando em uma taxa de retorno de 66%. A amostragem adotada foi não probabilística, por conveniência, com um critério específico de inclusão: ser uma cooperativa agropecuária ativa. A seleção das unidades respondentes foi realizada com base no acesso e disponibilidade de contato via e-mail, sem aleatoriedade na escolha. Essa estratégia buscou garantir a participação de cooperativas com atuação relevante no setor, ainda que sem a pretensão de representar estatisticamente a totalidade da população cooperativista da Bahia ou do Brasil.

A análise aqui apresentada está baseada nos dados coletados em 2023 de 34 cooperativas da Agricultura Familiar, localizadas em 26 municípios de 19 territórios de identidade. As respostas foram automaticamente armazenadas em uma planilha no formato Microsoft Excel®. Em seguida, os dados foram organizados, tabulados e processados utilizando o software R, com aplicação de procedimentos básicos de estatística descritiva e análise de frequência.

Dado o número reduzido de respostas e a natureza não probabilística da amostra, os resultados da pesquisa devem ser interpretados como exploratórios, voltados à identificação de tendências e à geração de hipóteses para estudos futuros. Assim, este trabalho não tem como objetivo oferecer um diagnóstico abrangente sobre o



cooperativismo agropecuário na Bahia, mas sim contribuir para o aprofundamento do debate e para a construção de novas agendas de pesquisa sobre o tema.

4. Resultados e discussão

Na Bahia, a diversidade territorial, cultural e produtiva da agricultura familiar confere ao cooperativismo uma pluralidade de formas organizativas e experiências. Esse movimento têm se destacado como instrumentos de fortalecimento da economia solidária e da soberania alimentar, viabilizando a comercialização da produção, a agregação de valor aos produtos e a construção de circuitos curtos de comercialização, além de promoverem a inclusão social e econômica de mulheres, jovens e populações historicamente marginalizadas.

Diante dessa realidade, compreender o funcionamento das cooperativas da agricultura familiar requer uma abordagem abrangente, que contemple não apenas suas dimensões econômicas, mas também os aspectos sociais, políticos e culturais que permeiam essas organizações. Além disso, é imprescindível considerar as especificidades dos territórios onde essas cooperativas estão inseridas, bem como as dinâmicas locais que moldam suas estratégias de atuação.

De acordo com a proposta desta pesquisa, a análise apresentada baseia-se em dados obtidos junto a 34 cooperativas da agricultura familiar localizadas no estado da Bahia, no período de 2023. Essas cooperativas estão distribuídas em 26 municípios, abrangendo 19 dos 27 Territórios de Identidade que compõem a atual divisão regional adotada pelo estado. A significativa representatividade territorial dessas cooperativas evidencia não apenas a ampla capilaridade do cooperativismo, mas também sua centralidade estratégica na organização sócioprodutiva e econômica no meio rural.

Com base nas informações coletadas, foi possível verificar um conjunto de características que contribuem para delinear o perfil das cooperativas analisadas. Dentre as 34 cooperativas que responderam ao questionário, uma cooperativa central, cinco se autodeclararam de comunidades quilombolas e uma de território indígena, evidenciando a presença do cooperativismo em territórios com identidade étnico-culturais,

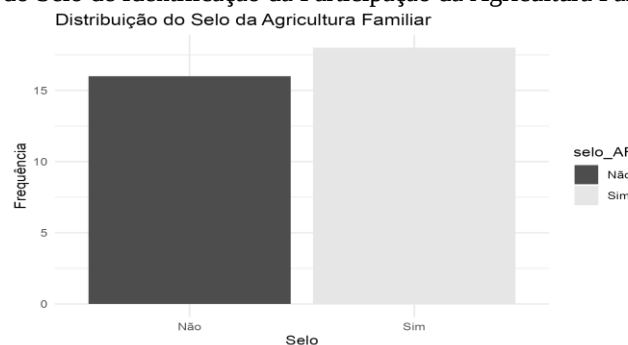


historicamente marcados por processos de resistência e valorização da ancestralidade e saberes tradicionais.

No que se refere à certificação institucional, verificou-se que 59% das cooperativas analisadas ainda não possuem o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF). Na Bahia, o Selo é uma certificação concedida pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e constitui-se como um instrumento estratégico de certificação pública.

Um dos principais objetivos do SIPAF é assegurar ao consumidor a procedência dos produtos e seu vínculo com práticas produtivas sustentáveis, baseadas na valorização social e no respeito ao meio ambiente. A ausência de adesão total ao selo entre as cooperativas pode indicar desconhecimento dos benefícios comerciais e institucionais que a certificação pode oferecer. Nesse sentido, ampliar o acesso e a informação sobre o SIPAF desponta como uma medida essencial para fortalecer a identidade da produção familiar, agregando valor aos produtos e ampliando sua inserção nos mercados institucionais e privados.

Figura 1: Distribuição do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

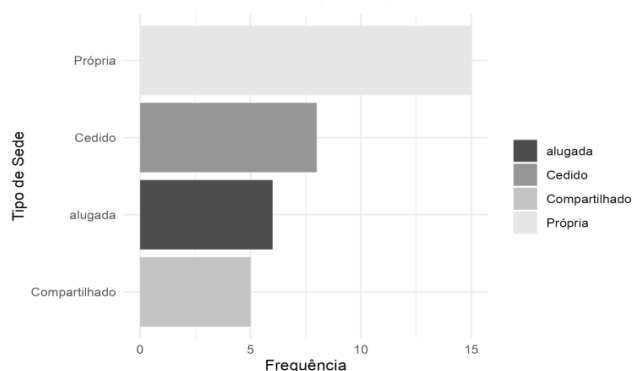
Em relação ao tempo de constituição, as cooperativas apresentam uma ampla variação, enquanto a mais recente foi criada há apenas dois anos, a mais antiga conta com 56 anos de existência. A média de funcionamento das cooperativas é de 18 anos, o que denota certa maturidade institucional no conjunto analisado. No entanto, é relevante



destacar que aproximadamente 20% das cooperativas participantes possuem menos de cinco anos de atividade formalizada, o que sugere, por um lado, um processo de renovação organizativa e, por outro, a necessidade de políticas continuadas de apoio à consolidação dessas experiências mais recentes.

Ao verificar o tipo de sede, as cooperativas apresentam a frequência de respostas para diferentes formas de estrutura física institucional. Conforme gráfico 01 a opção sede própria foi a mais mencionada, com 15 ocorrências (44,1%), sinalizando um grau relevante de consolidação institucional. Em seguida, aparecem as categorias sede cedida (8 menções, 23,5%), sede alugada (6 menções, 17,6%) e espaço compartilhado (5 menções, 14,7%). Esses dados revelam a diversidade de situações estruturais entre as cooperativas analisadas. A presença significativa de sedes não próprias sugere a existência de entraves para o fortalecimento institucional de parte dessas organizações, podendo refletir limitações financeiras ou ausência de políticas públicas voltadas à infraestrutura cooperativa.

Figura 2: Estrutura física das cooperativas.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A frequência das respostas aponta para distintos arranjos organizacionais, que variam desde sedes próprias e edificações compartilhadas com outras organizações até a ausência de instalações físicas próprias. Essa diversidade pode refletir tanto as condições materiais e financeiras das cooperativas quanto o estágio de consolidação



institucional em que se encontram. Cooperativas com sede própria tendem a demonstrar maior estabilidade e autonomia operacional, enquanto aquelas sem infraestrutura definida revelam desafios relacionados à formalização, à visibilidade institucional e à capacidade de gestão. A análise desse aspecto é fundamental para compreender os limites e potencialidades das organizações, uma vez que a existência de uma estrutura física adequada está diretamente relacionada à capacidade de armazenagem, atendimento, gestão administrativa e acesso a políticas públicas e linhas de financiamento.

Quando analisamos o número de cooperados das cooperativas participantes, verifica-se que o número total de cooperados nas 34 cooperativas analisadas é de 6.346, uma média de aproximadamente 186 cooperados por cooperativa. Os dados apontam uma ampla variação no número de cooperados, que vai de cooperativas com apenas 26 membros até aquelas com 1.100 cooperados, essa diferença pode estar associada ao tempo de existência de cada uma, como também a diferentes fatores estruturais, institucionais, culturais, históricos e territoriais.

A compreensão dessas diferenças é fundamental para orientar estratégias de fortalecimento institucional, formação técnica e desenvolvimento com base na realidade das cooperativas. Entretanto, apesar das diferenças no número de cooperados, a média de 186 cooperados indica uma capacidade expressiva de mobilização social e produtiva, sugerindo que apesar dos desafios enfrentados, as organizações coletivas conseguem agregar um número significativo de agricultores familiares em torno de objetivos comuns.

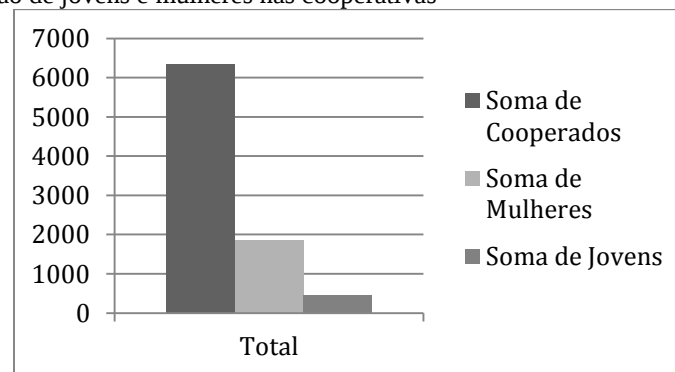
A viabilização da agricultura familiar por meio do cooperativismo adquire especial relevância na atual conjuntura de globalização econômica, em que pequenos produtores enfrentam crescentes desafios para se manterem competitivos e autônomos (Pires *et al.*, 2009). Conforme argumenta Chayanov (2017), as cooperativas oferecem às unidades produtivas camponesas um conjunto de benefícios estratégicos, permitindo que estas mantenham o controle sobre os processos de produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos. Essa dinâmica não apenas fortalece a autonomia



econômica desses agricultores, como também contribui para a consolidação de vínculos sociais baseados na solidariedade, na cooperação e na gestão coletiva dos meios de produção.

A composição dos cooperados revela uma significativa sub-representação de mulheres e jovens nos quadros associativos. Do total de 6.346 cooperados contabilizados, apenas 1.856 mulheres, o que equivale a 29% do total, enquanto os jovens representam 450 cooperados, correspondendo a apenas 7%. Esses dados denotam a persistência de barreiras estruturais para a equidade e a renovação geracional no meio rural, refletem desigualdades históricas no acesso aos espaços de decisão, recursos produtivos e oportunidades de participação econômica.

Figura 3: Participação de jovens e mulheres nas cooperativas



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Segundo Anjos *et al* (2022) a baixa participação das mulheres agricultoras como cooperadas, destaca a persistente invisibilização do trabalho das mulheres no meio rural. Ainda é comum que, em sua maioria, o homem seja apontado como principal produtor, mesmo quando a mulher exerce papel ativo na produção e gestão da unidade familiar. Essa realidade se reflete nos dados levantados, nos quais apenas 29% dos cooperados são mulheres, o que demonstra a desigualdade de gênero no acesso a espaços formais de representação. Conforme Siliprandi (2015), a divisão sexual do trabalho ainda marginaliza as mulheres dos processos decisórios, invisibilizando sua contribuição econômica e social.



A análise da participação feminina na gestão das cooperativas revela uma sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão, ainda que se identifiquem iniciativas de inclusão em algumas organizações. Considerando os dados de 32 cooperativas, o número total de dirigentes que atuam no cotidiano da gestão é de 204 pessoas, das quais apenas 71 são mulheres, o que equivale a aproximadamente 35% da composição. Embora esse percentual seja superior ao percentual de jovens nas cooperativas, ele ainda revela um desequilíbrio de gênero.

Foi observada a presença de cooperativas com paridade (como uma com 6 dirigentes, todos do sexo feminino) ou mesmo com maioria feminina (como a que tem 5 dirigentes, dos quais 4 são mulheres) demonstra que, quando há intencionalidade institucional, é possível avançar em direção a uma gestão mais equitativa.

A baixa representatividade feminina na gestão compromete a democratização interna das cooperativas e limita a incorporação de uma perspectiva de gênero nas decisões sobre produção, comercialização e uso dos recursos. A inclusão de mulheres nos espaços de gestão fortalece a sustentabilidade e a inovação organizacional, além de garantir maior justiça social no campo.

A baixa presença de jovens nas cooperativas, representando apenas 7%, pode ser explicada, em parte, por uma lógica semelhante à que afeta a participação das mulheres: o pai, enquanto responsável legal pela unidade familiar costuma ser o titular da cooperativa. Além disso, a juventude rural vivencia processos de exclusão social, os quais, em muitos casos, resultam na migração para os centros urbanos.

Essa realidade está relacionada à continuidade da tendência migratória de jovens desmotivados com a atividade agrícola e que não desejam reproduzir a trajetória de seus pais, bem como à exclusão de parte dos filhos no processo sucessório dos estabelecimentos familiares (Brumer, 2006). A participação de jovens na gestão das cooperativas da agricultura familiar revela importantes desafios à democratização interna e à renovação das lideranças. Os dados indicam que, do total de 204 dirigentes que atuam no dia a dia da gestão, 39 (19%) são jovens, o que demonstra um predomínio de homens adultos nas estruturas de poder das organizações.



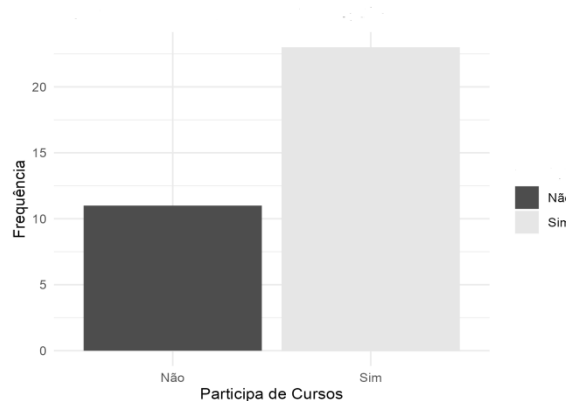
Apesar disso, é possível identificar experiências positivas, como cooperativas que apresentam equilíbrio ou maioria feminina entre os dirigentes, e outras que incorporam proporcionalmente mais jovens. Contudo, ainda são numerosos os casos de cooperativas cuja gestão é inteiramente composta por adultos homens, mesmo em cooperativas com número expressivo, excluindo não apenas os jovens, mas também as mulheres — como ocorre em unidades com até 6 ou mais dirigentes sem nenhuma representação feminina ou juvenil.

Essa lacuna na participação gera implicações para o futuro do cooperativismo. Jovens e mulheres, quando inseridos de forma ativa em espaços de decisão e na dinâmica produtiva das cooperativas, tendem a trazer inovações, visões de sustentabilidade e maior conexão com pautas contemporâneas como transição agroecológica, tecnologias sociais e redes colaborativas. A ampliação desses grupos nos espaços decisórios fortalece a coesão interna das cooperativas e sua capacidade de adaptação às transformações do sistema alimentar global.

Conforme Drebes e Spanevello (2017), a permanência das novas gerações no meio rural, aliando residência e trabalho na agricultura, é um fator determinante para o fortalecimento e a renovação das cooperativas agropecuárias. A continuidade dessas organizações está diretamente vinculada à reprodução social dos estabelecimentos familiares, ou seja, a sobrevivência das cooperativas agropecuárias depende, em última instância, da permanência e viabilidade da agricultura familiar.

Sob o tema formação conforme a (figura 4) apresenta a frequência de cooperativas que relataram a participação de seus membros em cursos de formação e capacitação. Observa-se que a maioria das cooperativas declarou sim à participação em cursos, o que evidencia um envolvimento significativo em processos formativos. Essa tendência sugere um reconhecimento, por parte das cooperativas, da importância da qualificação contínua para o fortalecimento institucional, a gestão e a inserção em mercados diferenciados. Por outro lado, a presença de respostas negativas indica que ainda existem desafios de acesso ou oferta de formação em determinados contextos e realidades das cooperativas na Bahia.

Figura 4: Participação dos cooperados e dirigentes em cursos de capacitação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise da nuvem de palavras (Figura 05) construída a partir das respostas coletadas evidenciou as principais áreas temáticas da realização dos cursos e também de interesse das cooperativas. As palavras com maior destaque — comercialização, gestão, associativismo e produção — revelam a centralidade das questões econômicas e organizacionais no cotidiano das cooperativas. A ênfase em comercialização e gestão indica a necessidade de fortalecer capacidades relacionadas à inserção nos mercados, precificação, planejamento financeiro e controle administrativo. A presença destacada do termo associativismo sugere que os aspectos vinculados à coesão social, participação dos cooperados e fortalecimento institucional ainda são eixos fundamentais.

Figura 5: Nuvem de palavras da participação em capacitações



Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Também merecem atenção temas como boas práticas de produção, gestão financeira, educação financeira, direitos da mulher, juventude rural, agroecologia e sucessão familiar, os quais apontam para uma abordagem mais ampla que articula aspectos produtivos, sociais e geracionais. A diversidade de termos presentes na nuvem evidencia a complexidade dos desafios enfrentados pelas cooperativas, demonstrando que ações formativas devem integrar dimensões técnicas, econômicas, sociais e políticas para promover o fortalecimento sustentável do cooperativismo rural.

Ao serem questionadas sobre a participação em debates, cursos ou palestras sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), 53% das cooperativas afirmaram já ter participado de algum espaço de discussão. Esta pergunta se mostra relevante, uma vez que os editais de políticas públicas promovidos pelas secretarias do Estado da Bahia têm adotado o MROSC como base normativa na sua elaboração. A familiaridade com esse marco legal é, portanto, fundamental para que as cooperativas possam acessar e executar projetos com recursos públicos de forma qualificada e em conformidade com as exigências legais.

Em relação à produção, os dados apontam para uma ampla diversidade de produtos comercializados, característica marcante da agricultura familiar. Observa-se a predominância da produção de hortaliças, frutíferas, café, cacau, mandioca e polpas de frutas entre os produtos mais citados pelas cooperativas. Além desses, há uma variedade significativa de outros produtos como artesanatos, biscoitos, licor, grãos, entre outros, revelando a heterogeneidade produtiva das organizações.

Destaca-se que a maior parte dos produtos mencionados corresponde a produtos in natura, o que corrobora com Anjos *et al.* (2020) de que a agricultura familiar historicamente se caracteriza pela oferta de alimentos in natura. Os resultados encontrados convergem, portanto, com os estudos de Teixeira e Neves (2022); Anjos *et al.* (2020), que destacam a diversidade produtiva como traço estrutural da agricultura familiar brasileira, tanto em função da multifuncionalidade diversidade, quanto das estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais.



Quanto ao destino da produção das cooperativas, os dados indicam uma forte inserção nos mercados institucionais, os quais se configuram como o principal canal de comercialização para grande parte das organizações analisadas. Esses mercados, viabilizados por políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm desempenhado um papel estratégico na dinamização da produção da agricultura familiar, oferecendo estabilidade e garantia na comercialização (Perin *et al.* 2021; Grisa; Schneider, 2015).

Além dos canais institucionais, os mercados municipais apresentam relevância significativa, refletindo uma inserção territorializada das cooperativas, com vendas direcionadas ao consumo local e feiras livres. Também foram identificados fluxos comerciais com mercados regionais e, em dois casos pontuais, iniciativas de exportação, evidenciando a capacidade de algumas organizações em acessar circuitos longos de comercialização.

De modo geral, observa-se que a maioria das cooperativas adota a diversificação de canais para escoamento da produção, combinando diferentes formas de acesso ao mercado. Essa diversificação de canais de comercialização pode ser interpretada como uma estratégia adaptativa frente à instabilidade dos mercados e às limitações estruturais enfrentadas pelas cooperativas, como dificuldades logísticas, restrições tecnológicas e baixa escala de produção.

Apesar dos avanços obtidos pelo cooperativismo da agricultura familiar nos últimos anos, persistem uma série de desafios estruturais e organizacionais que limitam o seu pleno desenvolvimento. As principais dificuldades identificadas nas cooperativas analisadas incluem a insuficiência de capital de giro; a ausência de políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuada e direcionada às especificidades das organizações coletivas; a limitação no acesso ao crédito e ao financiamento; obstáculos no acesso a mercados e às políticas públicas; além de problemas relacionados à comercialização, gestão, planejamento estratégico, contabilidade e infraestrutura. Também se destacam dificuldades associadas à baixa



participação dos cooperados nas rotinas da cooperativa, à escassez de ações de qualificação e formação, às fragilidades no marketing e na certificação dos produtos.

Esses achados convergem com os resultados de Anjos *et al.* (2020) e refletem os limites estruturais e organizacionais do cooperativismo, sobretudo quando relacionados aos processos de formação, gestão e apoio técnico. Em grande parte, os empreendimentos da agricultura familiar ainda operam em contextos de informalidade, com limitada qualificação técnica da gestão, baixa capacidade de planejamento e inserção restrita a mercados pouco diversificados.

Dessa forma, embora se observem avanços e rupturas importantes em relação a gargalos históricos que marcaram a trajetória do cooperativismo da agricultura familiar na Bahia, persistem desafios estruturais. Estes desafios precisam ser enfrentados de forma estratégica e articulados por políticas públicas que contemplem as especificidades, a pluralidade e as diferentes realidades do cooperativismo baiano.

5. Considerações finais

O cooperativismo na agricultura familiar baiana deve ser compreendido como uma prática econômica e política que transcende a mera organização produtiva. Representa um instrumento de luta por direitos, de afirmação territorial e de construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

O diagnóstico realizado com cooperativas baianas revela uma pluralidade de caminhos, desafios e potencialidades que devem ser considerados pelas políticas públicas. Trata-se, em última instância, de reconhecer as cooperativas da agricultura familiar como sujeitos políticos e econômicos fundamentais à promoção de um desenvolvimento territorial mais justo, solidário e sustentável.

A participação de mulheres e jovens nos espaços decisórios e produtivos ainda é um desafio persistente. Sua presença ativa deve ser compreendida não apenas como expressão de equidade de gênero e geracional, mas como estratégia para diversificar atividades, incorporar inovações e fortalecer a resiliência organizacional diante dos



desafios contemporâneos. Nesse sentido, políticas públicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo devem priorizar ações afirmativas que promovam formação, liderança e protagonismo feminino e dos jovens nos processos decisórios das cooperativas da agricultura familiar.

Além disso, tais cooperativas enfrentam fragilidades que se expressam nos aspectos estruturais, produtivos e organizacionais, reflexo de um processo histórico de desenvolvimento que desconsiderou as especificidades e a heterogeneidade do rural brasileiro. A partir da sistematização dos dados obtidos, este estudo pretende contribuir para a compreensão das potencialidades e limites do cooperativismo rural na Bahia sob a perspectiva do planejamento e formulação de políticas públicas para desenvolvimento territorial.

Referências

ANJOS, Eliene Gomes dos; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; SILVA, Daciane de Oliveira; SIMÃO, Fabiana, Santos. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 7, n. 14, p. 89–101, 2020.

ANJOS, Eliene Gomes dos; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; SILVA, Daciane de Oliveira. O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed.esp.2(DossieCooperativismo), p. 8–31, 2022. DOI: [10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3724](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3724).

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2006, Quito (Equador). *Anales ...*, 2006.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: Limites e perspectivas. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z (orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21 – A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, p. 1186, 2014.

CHAYANOV, A. (2017). *A teoria das cooperativas camponesas* (R. Vargas, rev. trad.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.





DREBES, Laila Mayara; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, v. 2, p. 360-374, 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol. 52, supl. 1, s125-1146, fevereiro/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economia/agriculturaepecuaria2017>. Acesso em mar. 2025.

PERIN, G. *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Texto para Discussão, 2021.

PINTO, João. O ideal da autogestão como movimento social, política pública e prática organizacional. In: ALMEIDA, Lauro; GAIGER, Luiz Inácio (Orgs.). **Economia solidária: outros mundos possíveis**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 169-188.

PIRES, M. L. et al. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: CONSENSOS E CONTROVÉRSIAS, 14, 2009. Anais... Rio de Janeiro, jul. 2009.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NEVES, Mateus. O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.. In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Natal(RN) UFRN, 2022.
